

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Apresentamos com satisfação os resultados do ano de 2010. A U&M foi eleita pela quinta vez consecutiva no Guia Exame Você S.A. como uma das melhores empresas para você trabalhar no Brasil. Também mantivemos as certificações integradas ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade), ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Segurança e Saúde Ocupacional). Fomos eleitos Empresa Ouro do Prêmio Mineiro da Qualidade. Estes reconhecimentos nos enchem de orgulho e satisfação, ratificando nosso compromisso, assumido em nossa missão, de construir um mundo melhor para nossos funcionários, investidores, clientes, fornecedores e sociedade. Assim, é com orgulho que submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2010 e 2009.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora			Consolidado			Notas	Controladora			Consolidado				
		Não auditado			Não auditado				Não auditado			Não auditado				
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Circulante																
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.864	3.776	11.605	26.363	6.947	13.782	17	67.402	57.723	48.921	67.402	57.885	48.921		
Contas a receber de clientes	6	48.854	30.655	53.956	81.737	89.699	64.098	16	12.594	6.383	4.297	25.218	17.985	8.271		
Estoques	7	4.904	5.468	8.050	11.199	5.584	11.451	18	3.156	2.779	3.317	5.051	6.097	4.494		
Valores a receber sobre venda de ativos	12	2.149	2.323	603	2.149	2.323	603	19	11.499	7.910	6.749	13.669	9.266	7.160		
Adiantamentos a fornecedores		746	3.446	3.329	3.413	9.892	9.555	20	18.094	3.147	9.569	23.860	24.703	13.778		
Tributos a recuperar	8	317	552	2.282	3.019	582	2.285		311	127	3.611	356	187	3.447		
Despesas Antecipadas		378	1.987	4.581	378	1.987	4.581		113.056	78.069	76.464	135.556	116.123	86.071		
Outros ativos		125	1.754	2.348	126	1.939	2.434									
		81.337	49.961	86.754	128.384	118.953	108.789									
Não Circulante																
Títulos e valores mobiliários	9	3.261	9.059	-	3.261	9.059	-	17	18.089	20.926	8.721	18.089	20.926	8.721		
Impostos diferidos	10	8.939	8.939	4.535	8.939	8.939	4.535	21	5.259	4.078	3.495	5.259	4.078	3.495		
Depósitos judiciais	21	2.958	2.156	1.540	2.958	2.156	1.540	11	6.599	10.718	10.789	9.403	-	5.649		
Partes relacionadas	11	38.992	42.578	47.247	26.394	9.054	3.668	20	-	-	-	7.199	-	-		
Valores a receber sobre venda de ativos	12	2.058	-	-	2.058	-	-	18	4.934	6.868	6.241	4.934	6.868	6.241		
Outros créditos		498	508	2.072	520	518	2.073	22	61.000	46.352	46.352	61.000	46.352	46.352		
Investimentos	13	16.322	14.121	2.537	-	-	-		36.684	36.684	36.684	36.684	36.684	36.684		
Imobilizado	14	132.398	141.885	59.928	146.684	147.864	88.475		43.932	69.535	18.268	43.932	69.535	18.268		
Intangível	15	1.412	2.764	2.473	1.480	2.764	2.473		(1.378)	(1.259)	72	(1.378)	(1.259)	72		
		206.838	222.010	120.332	192.294	180.354	102.764		140.238	151.312	101.376	140.238	151.312	101.376		
TOTAL DO ATIVO		288.175	271.971	207.086	320.678	299.307	211.553		288.175	271.971	207.086	320.678	299.307	211.553		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (NÃO AUDITADO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita líquida de serviços	23	257.282	300.379	397.032	397.361
Custo dos serviços prestados	24	(215.204)	(279.478)	(346.739)	(379.659)
Lucro bruto		42.078	20.901	50.293	17.702
Receitas (despesas) operacionais:					
Administrativas e gerais	25	(28.184)	(15.072)	(28.377)	(15.216)
Tributárias		(433)	(1.689)	(433)	(1.689)
Outras receitas operacionais líquidas	26	13.377	9.753	13.318	34.520
Equivalência patrimonial	13	5.042	18.802	-	-
Lucro antes dos resultados financeiros e tributos		32.240	32.695	34.801	35.317
Resultado Financeiro:					
Despesas financeira	27	(29.806)	(28.606)	(29.787)	(28.978)
Receitas financeira	27	13.660	24.737	13.852	24.836
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		16.094	28.826	18.866	31.175
Imposto de renda	10	-	3.247	(2.032)	1.526
Contribuição social	10	-	1.157	(740)	529
Lucro líquido do exercício		16.094	33.230	16.094	33.230
Número de ações (lotes de mil)		6.100	4.635	-	-
Lucro líquido por ação		2,64	7,17	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NÃO AUDITADO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Outros resultados		Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros Retidos	Lucros acumulados	abrangentes	
Saldo em 01 de janeiro de 2009						72	101.376
- reapresentado	46.352	36.684	4.479	13.789			33.230
Lucro líquido do exercício					33.230		
Reserva legal			1.809		(1.809)		
Resultado abrangente						(1.331)	(1.331)
Ajuste de avaliação patrimonial						(8.287)	(8.287)
Distribuição de dividendos						26.324	26.324
Efeitos mudança critério contábil 11.638							
Reserva de lucros				49.458	(49.458)		
Saldo em 31 de dezembro de 2009						(1.259)	151.312
- reapresentado	46.352	36.684	6.288	63.247			14.648
Aumento de capital	14.648						
Lucro líquido do exercício					16.094		16.094
Reserva legal			805		(805)		
Resultado abrangente						(119)	(119)
Ajuste de avaliação patrimonial						(10.497)	(10.497)
Distribuição de dividendos						(31.200)	(31.200)
Efeitos mudança critério contábil 11.638							
Reserva de lucros				(26.408)	26.408		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	61.000	36.684	7.093	66.839		(1.378)	140.238

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (NÃO AUDITADO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.094	33.230	16.094	33.230
Lucro líquido do exercício				
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com os recursos de atividades operacionais:				
Constituição/realização de IR e CSLL diferidos		(4.404)		(4.404)
Provisões de contingências a longo prazo	1.181	583	1.181	583
Equivalência patrimonial	(5.042)	(18.802)	-	-
Depreciação e amortização	37.892	55.374	37.892	55.374
Baixa do imobilizado e intangível	14.673	1.509	14.691	24.199
Efeitos de mudanças de práticas	(31.318)	24.992	(31.319)	24.993
Juros sobre empréstimos	8.890	9.205	8.791	9.473
Provisão para participação nos resultados	2.031	21	2.553	21
	28.307	68.478	33.789	110.239
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(18.199)	23.301	7.962	(25.601)
Contas a receber sobre venda de ativos	(1.884)	(1.720)	(1.884)	(1.720)
Impostos	235	1.730	(2.438)	1.703
Estoques	564	2.582	(5.615)	5.868
Depósitos judiciais	(802)	(616)	(802)	(616)
Empréstimos a terceiros	10	1.564	-	1.553
Adiantamentos diversos	4.328	478	8.291	158
Despesas antecipadas	1.609	2.594	1.609	2.594
	(14.139)	29.913	7.123	(16.061)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Obrigações trabalhistas	1.558	1.140	1.850	2.086
Tributos e contribuições a recolher	377	(538)	(1.046)	1.603
Fornecedores	6.211	2.086	7.232	9.714
Outros	184	(3.484)	170	(3.262)
Adiantamento de clientes	14.948	(6.423)	6.357	10.926
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	23.278	(7.219)	14.563	21.067
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	5.799	(9.059)	5.799	(9.059)
Investimentos	2.841	7.218	-	-
Imobilizado e intangível	(41.727)	(139.130)	(50.120)	(139.252)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.087)	(140.971)	(44.321)	(148.311)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuo com partes relacionadas	(533)	4.598	(7.938)	(11.035)
Empréstimos	(2.049)	11.802	(2.111)	11.696
Parcelamentos	(1.934)	627	(1.934)	627
Distribuição de dividendos	(10.497)	(8.287)	(10.497)	(8.287)
Aumento de capital	14.648	-	14.648	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(365)	8.740	(7.832)	(6.999)
Varição do saldo de disponibilidades:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.776	11.605	6.947	13.782
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.864	3.776	26.363	6.947
Aumento (redução) no saldo de disponibilidades	20.888	(7.829)	19.416	(6.835)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A U&M Mineração e Construção S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como atividade principal a construção de rodovias, ferrovias e barragens; terraplenagem e pavimentação; execução de obras de saneamento básico; obras de arte especiais; desenvolvimento urbano; locação de equipamentos, operação de mina e consultoria. A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas: a. *Levequip Equipamentos Ltda* - constituída em 09 de dezembro de 2002, sediada no município de Comendador Levy Gasparian, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a construção de rodovias, ferrovias e barragens, terraplenagem e pavimentação, execução de obras de saneamento básico, obras de arte especiais e locação de equipamentos. b. *U&M Equipamentos, INC* - Companhia constituída em 17 de julho de 2003, Sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, Caribe (BVA), tem por objeto social, Compra e Venda de Equipamentos de Mineração e Construção Pesada nos Estados Unidos e demais países signatários do GATT, exportação de equipamentos, principalmente para o Brasil, locação de equipamentos de Mineração e Construção Pesada, prestação de Serviços de Mineração e Construção Pesada e Consultoria Técnica de Mineração e Engenharia. c. *U&M Mining Zâmbia Ltd.*, constituída na data de 17 de maio de 2007, com sede na cidade de Chingola, Copperbelt - Zâmbia, tem como objetivo a prestação de serviços mineração. A empresa iniciou de fato suas atividades em Agosto de 2007, através do contrato com a companhia Konkola Copper Mines PLC (braço de cobre do grupo indiano Vedanta Resources), onde a prestação de serviço não se limita a mineração, incluindo também perfuração, transporte, iluminação, segurança, detonação e drenagem, sendo o período contratual até Maio de 2013. Adicionalmente, a Companhia participa no Consórcio Construtor Jeceaba, que foi constituído em 17 de dezembro de 2007, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Tem como objetivo a prestação de serviços especializados de terraplenagem incluindo a construção de sistemas de drenagem subterrânea e superficial, em regime de empreitada global na área onde será instalada a Usina de Produção de Tubos de Aço sem Costura da VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA, com fornecimento de equipamentos, materiais e serviços, incluindo todos os projetos necessários, nos termos da legislação brasileira. É composto pelos seguintes consorciados: Construtora Barbosa Mello S/A, Construtora Cowan S/A e U&M Mineração e Construção S/A. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2011. **2. Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras da controladora e consolidada consideraram o uso de determinadas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.1. Bases de Consolidação: Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota explicativa número 1.

Controlada	% Participação		
	2010	2009	1/1/2009
Levequip Equipamentos Ltda	99,99%	99,99%	99,99%
U&M Equipments, INC	100%	100%	



U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A

CNPJ nº 18.540.906/0001-64

e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Impostos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. (ii) **Impostos diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. (iii) **Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.9. Custos com empréstimos:** Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser colocado em uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo caso seja relevante. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.10. Arrendamentos Mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) **Prestação de serviços:** A receita é reconhecida com base na medição dos serviços prestados e locações incorridas até uma data-corte (período de medição). (ii) **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica Resultado Financeiro Líquido, na demons-

tração do resultado. **2.12. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada Controlada determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento. **i. Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **ii. Controlada no exterior:** Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. **2.13. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: (i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, instrumentos financeiros cotados e não cotados. (ii) **Passivos Financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.14. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelo CPC. **2.15. Informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e prestação de serviços de engenharia, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade gera-

dora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *ii) Impostos:* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. *iii) Provisões para Fiscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:* A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Adoção inicial dos CPCs:** Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas Controladas prepararam suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (PCAB). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Desta forma, a Companhia e suas controladas prepararam suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as primeiras demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pelo grupo para republicar o balanço patrimonial de abertura no PCAB em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o PCAB para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. O CPC exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas), sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1º de janeiro de 2009. Desta forma, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs. **4.1. Efeitos retrospectivos decorrentes da adoção inicial do CPC:** Os seguintes efeitos da adoção do CPC foram refletidos de forma retrospectiva nas demonstrações financeiras da Companhia: a) U&M Zâmbia: Com a segunda revisão do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, ocorrida em 2010, a Companhia passou a considerar a U&M Zâmbia por equivalência patrimonial no balanço individual e pela consolidação nas suas demonstrações financeiras consolidadas. A U&M Zâmbia era tratada como filial, tendo todos os seus registros efetuados linha a linha no balanço individual da Companhia. b) Participação em Consórcio: O CPC 19 evidencia que uma entidade controlada em conjunto é um empreendimento que envolve a constituição de uma sociedade, associação, consórcio, parceria ou outra entidade em que cada empreendedor possui uma participação. A entidade opera da mesma forma que outras entidades, exceto pelo fato de que um acordo contratual firmado entre os empreendedores estabelece o controle conjunto sobre a atividade econômica da entidade. Para adequação ao CPC 19, a controladora registrou em sua demonstração financeira individual sua quota-parte em cada saldo do balanço do consórcio. c) Reclassificação de saldos: Foram efetuadas reclassificações para melhor apresentação dos saldos. Todas as reclassificações estão demonstradas na nota explicativa número 4.2. **4.2. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na adoção inicial das demonstrações financeiras anteriormente aprovadas:** Em conformidade ao CPC, a Companhia e suas controladas apresentam a conciliação do ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (PCAB) vigentes até 31 de dezembro de 2009, considerando os CPCs vigentes em 2010.

4.2.1. Reconciliação do Balanço Patrimonial em 01.01.09 (Não auditados)

Ativo	Controladora		Consolidado			
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB
Circulante						
Caixa e equivalente caixa	13.413	(1.808) i/ii	11.605	13.773	9	13.782
Contas a receber de clientes	60.855	(6.899) i/ii	53.956	62.449	1.649	64.098
Estoques	8.050	-	8.050	11.537	(86)	11.451
Valores a receber sobre venda de ativos	603	-	603	603	-	603
Adiantamentos a Fornecedores	9.645	(6.316) i/ii	3.329	9.645	(90)	9.555
Adiantamentos a Funcionários	1.524	(1.524) iii	-	1.526	(1.526)	-
Crédito na participação em Consórcios	3.799	(3.799) ii	-	3.799	(3.799)	-
Tributos a Recuperar	1.704	578 iii	2.282	1.704	581	2.285
Empréstimos a Terceiros	786	(786) iii	-	1.888	(1.888)	-
Outros Adiantamentos	120	(120) iii	-	120	(120)	-
Despesas Antecipadas	4.581	-	4.581	4.581	-	4.581
Outros ativos	-	2.348 iii	2.348	-	2.434	2.434
	105.080	(18.326)	86.754	111.625	(2.836)	108.789
Não Circulante						
IR diferido	4.535	-	4.535	4.535	-	4.535
Depósitos Judiciais	1.540	-	1.540	1.540	-	1.540
Empréstimos a terceiros	16.805	(14.733) iii	2.072	16.805	(14.732)	2.073
Partes relacionadas	30.888	16.359 i/iii	47.247	-	3.668	3.668
Investimentos	2.538	(1) iii	2.537	-	-	-
Imobilizado	62.840	(2.912) i	59.928	88.317	158	88.475
Intangível	3.294	(821) i	2.473	3.294	(821)	2.473
	122.440	(2.108)	120.332	114.491	(11.727)	102.764
TOTAL DO ATIVO	227.520	(20.434)	207.086	226.116	(14.563)	211.553

i - Ajustes CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;

ii - Ajustes CPC 19 - Investimento em empreendimento controlado em conjunto; iii - Reclassificações.

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado			
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB
Empréstimos e Financiamentos	53.839	(4.918) i/iii	48.921	53.839	(4.918)	48.921
Fornecedores	7.341	(3.044) i/ii	4.297	7.341	930	8.271
Tributos a recolher	4.067	(750) i/ii	3.317	4.755	(261)	4.494
Salários e encargos sociais	6.517	232 i/ii	6.749	6.522	638	7.160
Adiantamento de Clientes	13.881	(4.312) i	9.569	13.881	(103)	13.778
Outras obrigações	3.917	(306) i	3.611	4.016	(569)	3.447
	89.562	(13.098)	76.464	90.354	(4.283)	86.071
Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	33.061	(24.340) i/iii	8.721	24.439	(15.718)	8.721
Contingências	3.495	-	3.495	3.495	-	3.495
Partes Relacionadas	-	10.789 i/iii	10.789	-	5.649	5.649
Tributos a recolher	-	6.241 iii	6.241	-	6.241	6.241
Outras obrigações	3	(3) iii	-	3	(3)	-
	36.559	(7.313)	29.246	27.937	(3.831)	24.106
Patrimônio líquido						
Capital Social	46.352	-	46.352	52.777	(6.425)	46.352
Reserva de Capital	36.684	-	36.684	36.684	-	36.684
Reserva de Lucros	18.363	(95) iii	18.268	18.364	(96)	18.268
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	72 iii	72	-	72	72
	101.399	(23)	101.376	107.825	(6.449)	101.376
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	227.520	(20.434)	207.086	226.116	(14.563)	211.553

i - Ajustes CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;

ii - Ajustes CPC 19 - Investimento em empreendimento controlado em conjunto; iii - Reclassificações.

4.2.2. Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31.12.09 (Não auditados)

Ativo	Controladora		Consolidado			
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB
Circulante						
Caixa e equivalente caixa	6.429	(2.653) i/ii	3.776	6.741	206	6.947
Contas a receber de clientes	64.142	(33.487) i/ii	30.655	88.445	1.254	89.699
Estoques	5.584	(116) i	5.468	5.584	-	5.584
Valores a receber sobre venda de ativos	939	1.384 i	2.323	2.323	-	2.323
Adiantamentos a Fornecedores	7.432	(3.986) ii/iii	3.446	7.432	2.460	9.892
Adiantamentos a Funcionários	1.686	(1.686) iii	-	1.687	(1.687)	-
Crédito na participação em Consórcios	1.748	(1.748) ii	-	1.748	(1.748)	-
Tributos a Recuperar	356	196 iii	552	386	196	582
Empréstimos a Terceiros	46	(46) iii	-	9.099	(9.099)	-
Outros Adiantamentos	205	(205) iii	-	205	(205)	-
Despesas Antecipadas	1.987	-	1.987	1.987	-	1.987
Outros Ativos	-	1.754 iii	1.754	-	1.939	1.939
	90.554	(40.593)	49.961	125.637	(6.684)	118.953
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários	9.059	-	9.059	9.059	-	9.059
IR diferido	8.939	-	8.939	8.939	-	8.939
Depósitos Judiciais	2.156	-	2.156	2.156	-	2.156
Empréstimos a terceiros	10.044	(9.536) iii	508	10.044	(9.526)	518
Partes relacionadas	33.053	9.525 i/ii	42.578	174	8.880	9.054
Investimentos	12.896	1.225 iii	14.121	-	-	-
Imobilizado	145.122	(3.237) i	141.885	147.031	833	147.864
Intangível	4.238	(1.474) i	2.764	4.238	(1.474)	2.764
	225.507	(3.497)	222.010	181.641	(1.287)	180.354
TOTAL DO ATIVO	316.061	(44.090)	271.971	307.278	(7.971)	299.307

i - Ajustes CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; ii - Ajustes CPC 19 - Investimento em empreendimento controlado em conjunto; iii - Reclassificações.

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado			
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas PCAB
Empréstimos e Financiamentos	57.723	-	57.723	57.723	162	57.885
Fornecedores	15.389	(9.006) i/ii	6.383	15.390	2.595	17.985
Obrigações Tributárias	4.823	(2.044) i/ii	2.779	5.982	115	6.097
Obrigações Trabalhistas	8.754	(844) i/ii	7.910	2.992	6.274	9.266
Outras obrigações	127	-	127	5.958	(5.771)	187
Adiantamento de Clientes	6.467	(3.320) i	3.147	6.467	18.236	24.703
	93.283	(15.214)	78.069	94.512	21.611	116.123
Não circulante						
Empréstimos e Financiamentos	47.338	(26.412) i/iii	20.926	17.219	3.707	20.926
Contingências	4.078	-	4.078	4.078	-	4.078
Partes Relacionadas	-	10.718 i/iii	10.718	-	-	-
Adiantamento de clientes	19.176	(19.176) iii	-	19.176	(19.176)	-
Parcelamentos	-	6.868 iii	6.868	14.616	(7.748)	6.868
Outras obrigações	-	-	-	5.490	(5.490)	-
	70.592	(28.002)	42.590	60.579	(28.707)	31.872
Patrimônio líquido						
Capital Social	46.352	-	46.352	46.352	-	46.352
Reserva de Capital	36.684	-	36.684	36.684	-	36.684
Reserva de Lucros	11.888	57.647 iii	69.535	11.888	57.6	



O estoque de almoxarifado é composto principalmente de pneus e correlatos e peças para máquinas e equipamentos que serão utilizados nas obras. **8. Tributos a recuperar**

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Imposto de Renda	123	167	1.066	123	197	1.069
Contribuição Social	-	-	50	-	-	50
PIS	17	16	10	17	16	10
COFINS	-	81	142	-	81	142
INSS	-	4	903	-	4	903
FGTS	13	13	13	13	13	13
ISS	-	250	-	-	250	-
VAT - Zâmbia	-	-	3	2.695	-	3
Outros	164	21	95	171	21	95
	317	552	2.282	3.019	582	2.285

9. Títulos e valores mobiliários

	Taxa	Controladora			Consolidado		
		Não auditado			Não auditado		
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Aplicação DI	100,5% do CDI	3.261	9.059	-	3.261	9.059	-
		3.261	9.059	-	3.261	9.059	-

As aplicações financeiras de longo prazo estão atreladas às cartas de fiança bancária, necessárias para garantir os negócios da companhia no exterior. **10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

10.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	Não auditado		Não auditado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes da tributação	16.094	28.826	16.094	28.826
Total das Adições	67.577	36.302	67.577	36.302
Total das Exclusões	(88.950)	(76.441)	(88.950)	(76.441)
Base de Cálculo Ajustada	(5.279)	(3.957)	(5.279)	(3.957)
% IRPJ (Alíquota 15% + Adicional 10%)	-	-	-	-
% CSLL (Alíquota 9%)	-	-	-	-
Total do Imposto corrente	-	-	-	-
Imposto de renda diferido	-	3.247	-	3.247
Contribuição social diferida	-	1.157	-	1.157
Total do Imposto diferido	-	4.404	-	4.404
Total IR/CS no resultado	-	4.404	-	4.404

10.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora/Consolidado	
	Não auditado	
	2010	01/01/2009
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.939	4.535
	8.939	4.535

11. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, os saldos das transações com partes relacionadas podem ser assim demonstrados:

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/10	31/12/09	1/1/09	31/12/10	31/12/09	1/1/09
Ativo						
U&M Equipments, INC	22.702	33.053	30.888	-	-	-
U&M Participações S/A	-	-	82	-	-	82
U&M Mining Zâmbia, Ltd	16.290	9.525	16.277	-	-	-
H.E. Rentals Inc.	-	-	-	26.394	9.054	3.586
	38.992	42.578	47.247	26.394	9.054	3.668

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/10	31/12/09	1/1/09	31/12/10	31/12/09	1/1/09
Passivo						
Angelo Cerutti Navarro	-	-	250	-	-	250
Clovis Sales de Oliveira	-	-	280	-	-	280
Ricardo Xavier de Barros Correia	-	-	100	-	-	100
Gumerindo Barroso Machado	-	-	1.500	-	-	1.500
Pangea Empreendimentos Ltda	-	-	1.944	-	-	1.944
Módulo Metais Ind. e Com. Ltda	-	-	1.575	-	-	1.575
Levequip Equipamentos Ltda.	6.599	10.718	5.140	-	-	-
H.E. Rentals Inc.	-	-	-	530	-	-
Hércules Locação de Equipamentos	-	-	-	8.873	-	-
	6.599	10.718	10.789	9.403	-	5.649

15. Intangível:

	Controladora		Consolidado	
	Não auditado		Não auditado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Custo	4.344	4.238	4.344	4.238
Em 1º de Janeiro de 2009 (não auditado)	-	-	-	-
Adições	(2.932)	(1.474)	(2.932)	(1.474)
Baixas	1.412	2.764	1.480	2.764
Em 31 de dezembro de 2010	2.473	2.473	2.473	2.473

16. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/10	31/12/09	1/1/09	31/12/10	31/12/09	1/1/09
Nacionais	12.156	4.099	3.653	12.156	4.099	3.653
Internacionais	438	2.284	644	13.062	13.886	4.618
	12.594	6.383	4.297	25.218	17.985	8.271

17. Empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/10	31/12/09	1/1/09	31/12/10	31/12/09	1/1/09
Conta Garantida	18.922	8.208	16.012	18.922	8.208	16.012
Conta Compror	-	-	5.085	-	-	5.085
Capital de giro	21.582	15.226	8.417	21.582	15.388	8.417
Finame	23.074	12.183	24.000	23.074	12.183	24.000
Empréstimos Internacionais	-	-	287	-	-	287
Leasing	21.913	43.032	3.841	21.913	43.032	3.841
	85.491	78.649	57.642	85.491	78.811	57.642
Passivo circulante	67.402	57.723	48.921	67.402	57.885	48.921
Passivo não circulante	18.089	20.926	8.721	18.089	20.926	8.721

Não existem cláusulas restritivas (covenants) para os contratos mencionados acima. As operações de capital de giro referem-se a obrigações financeiras captadas em moeda estrangeira (operação 4131), as quais foram contratadas junto a Bancos em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Administração.

18. Tributos a recolher:

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/10	31/12/09	1/1/09	31/12/10	31/12/09	1/1/09
IRRF a recolher	450	330	362	450	330	362
PIS/COFINS	1.105	455	1.598	1.447	664	1.656
ISS	889	670	1.314	889	670	1.314
IOF	651	1.268	-	651	1.270	-
IRPJ/CSLL	36	36	43	1.590	984	412
Contribuições fundo municipal	22	20	-	22	20	-
Impostos em Zâmbia	-	-	-	-	2.159	750
Parcelamentos Federais	3.893	4.909	3.999	3.893	4.909	3.999
Parcelamentos Estaduais	1.041	1.959	2.242	1.041	1.959	2.242
Outros	3	-	-	2	-	-
Total	8.090	9.647	9.558	9.985	12.965	10.735
Curto prazo	3.156	2.779	3.317	5.051	6.097	4.494
Longo prazo	4.934	6.868	6.241	4.934	6.868	6.241

19. Salários e encargos sociais

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/10	31/12/09	1/1/09	31/12/10	31/12/09	1/1/09
Salários a pagar	2.111	1.597	2.458	2.153	2.729	2.705
PLR a pagar	2.032	21	38	2.553	21	38
INSS a recolher	1.029	1.299	558	1.270	1.299	680
FGTS a recolher	416	164	33	416	164	33
Provisão de férias e encargos	5.864	4.790	3.622	7.183	5.035	3.676
Outros	47	39	40	94	18	28
	11.499	7.910	6.749	13.669	9.266	7.160

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros e pelo cumprimento das metas de desempenho. **20. Adiantamentos de clientes:**

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Levequip Equipamentos Ltda	-	-	-	-	-	-
U&M Equipments, INC	-	-	-	-	-	-
U&M Mining Zâmbia Ltda	-	-	-	-	-	-

21. Saldo em 1º de janeiro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Receita de serviços	278.020	318.313	418.708	278.020	318.313	418.708
PIS	(1.864)	(1.831)	(2.032)	(1.864)	(1.831)	(2.032)
COFINS	(8.604)	(8.461)	(9.374)	(8.604)	(8.461)	(9.374)
ISS	(10.270)	(7.642)	(10.270)	(10.270)	(7.642)	(10.270)
Receita líquida de serviços	257.282	300.379	397.032	257.282	300.379	397.032

Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitas a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas não contabilizaram qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração: Os montantes referentes a remuneração direta do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	-	-	-	-	-	-
Adições	160.042	138.187	138.309	160.042	138.187	138.309
Baixas	(12.982)	(12.982)	(35.672)	(12.982)	(12.982)	(35.672)
Em 31 de dezembro de 2009 (não auditado)	285.247	285.247	294.278	285.247	285.247	294.278
Adições	41.410	49.735	49.735	41.410	49.735	49.735
Baixas	(50.065)	(50.065)	(50.083)	(50.065)	(50.065)	(50.083)
Em 31 de dezembro de 2010	276.592	276.592	293.930	276.592	276.592	293.930

(i) Não auditado. **14. Imobilizado:**

	Controladora			Consolidado		
	Não auditado			Não auditado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Terrenos	2.691	2.691	2.979	2.691	2.691	3.488
Edificações	287	287	-	287	287	-
Instalações	-	6	-	-	6	-
Benefeitorias	3.584	3.584	3.584	3.584	3.584	3.584
Móveis e Utensílios	1.405	2.843	2.623	1.405	3.387	2.623
Máquinas e equipamentos	229.910	240.523	118.802	246.727	247.234	148.206
Veículos	37.562	35.313	30.543	38.082	36.170	32.738
Adiantamento a fornecedores - Bens do ativo imobilizado	1.153	1.511	1.154	1.154	122	1.511
	276.592	285.247	160.042	293.930	294.278	191.641

Depreciação Terrenos (51) (39) (39) (51) (179) (39)

Depreciação Edificações - (11) - - (11) -

Depreciação Instalações (597) (433) (301) (597) (432) (301)

Amortização Benefeitorias (764) (1.141) (607) (764) (1.380) (607)

Depreciação Móveis e Utensílios (121.980) (120.293) (79.857) (124.993) (122.659) (82.813)

Depreciação Máquinas e equipamentos (20.802) (21.445) (19.310) (20.841) (21.753) (19.406)

Depreciação Veículos (144.194) (143.362) (100.114) (147.246) (146.414) (103.166)

Valor residual líquido 132.398 141.885 59.928 146.684 147.864 88.475



U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A

CNPJ nº 18.540.906/0001-64

os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: • **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. • **Risco de taxas de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

• **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um contrato o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito). A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. **29. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

tes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. A Companhia contrata cobertura de riscos, tais como responsabilidade civil, seguro automóvel, seguros contra incêndio e riscos operacionais. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são consistentes com as utilizadas no mercado.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010

Marcelo Ribeiro Machado
Diretor Presidente

Daniela Curtinhas Fialho
Contadora - CRC - MG 090389/O-7 S RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos acionistas da **U&M Mineração e Construção S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da U&M Mineração e Construção S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira e abstenção de opinião quanto ao resultado das operações, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa. **Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira**

e para abstenção de opinião sobre o resultado das operações, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa. (i) A Companhia procedeu à avaliação das novas taxas de depreciação com base em laudos de avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, todavia, em 31 de dezembro de 2010 o valor da depreciação acumulada dos bens do ativo imobilizado ficou registrado a maior em R\$ 5.325 mil. Conseqüentemente, o ativo imobilizado está a menor naquele valor e o patrimônio líquido a menor em R\$ 3.515 mil, líquido dos efeitos tributários. (ii) Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos calculados sobre as diferenças temporárias apuradas principalmente sobre os efeitos da aplicação das novas normas contábeis no âmbito do regime tributário de transição - RTT, no valor de aproximadamente R\$ 11.200 mil. Conseqüentemente, o passivo não circulante ficou a menor e o patrimônio líquido ficou registrado a maior em R\$ 11.200 mil em 31 de dezembro de 2010. (iii) As divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas não apresentaram todas as informações requeridas para explicar de forma apropriada e suficiente a composição dos elementos que formam certos saldos em 31 de dezembro de 2010, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações requeridas e não divulgadas estão relacionadas com os seguintes aspectos principais: (a) falta das mutações dos saldos dos impostos sobre o lucro, falta da reconciliação das alíquotas fiscais praticadas e em vigor, aplicadas sobre o resultado antes da tributação, não apresentação do prazo estimado para recuperação dos ativos fiscais diferidos; (b) falta dos valores e as demais condições comerciais das transações com partes relacionadas registradas no resultado da Companhia; (c) não apresentação das mutações, não divulgação dos juros e demais encargos financeiros, das garantias prestadas, dos prazos de vencimento dos valores não circulantes, referentes aos contratos de empréstimos e operações de arrendamento mercantil. (iv) Fomos designados como auditores da Companhia em 2010 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico do início do exercício. Não foi possível nos satisfizermos por meios de procedimentos alternativos quanto aos saldos iniciais de estoques em 31 de dezembro de 2009. Além disso, os procedimentos adicionais aplicados, decorrentes de nossa primeira auditoria, sobre certas transações e saldos iniciais não foram suficientes para assegurar quanto a não existência de distorções relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. **Opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos

dos assuntos descritos nos tópicos (i), (ii) e (iii) do parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira e para abstenção de opinião sobre o resultado das operações, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa", o balanço patrimonial apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da U&M Mineração e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Abstenção de opinião sobre o resultado das operações, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa:** Devido à relevância dos possíveis efeitos dos assuntos descritos no tópico (iv) do parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira e para abstenção de opinião sobre o resultado das operações, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa", a extensão do nosso exame não foi suficiente para nos possibilitar emitir, e por isso não emitimos, opinião sobre as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. **Ênfases:** (i) A Companhia possui transações com partes relacionadas e operações realizadas por intermédio de empresas controladas por seus acionistas, contratadas diretamente por seus clientes. O resultado da Companhia e sua posição patrimonial e financeira estão influenciados por esta estrutura e poderiam ser diferentes caso estas operações fossem contratadas com terceiros. (ii) A Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2010, imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de aproximadamente R\$ 8.940 mil. A realização desses créditos tributários dependerá substancialmente das ações a serem adotadas pela Administração visando a geração de lucros tributáveis futuros. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial individual e consolidado em 01 de janeiro de 2009 apresentados para fins de comparação não foram auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Belo Horizonte (MG), 29 de abril de 2011. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6-F-MG. Flávio de Aquino Machado - Contador CRC MG-065899/O-2.